

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.218.790.042
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.218.790.042</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	2.918.819	2.863.113
1.01	Ativo Circulante	38.223	40.363
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.035	18.984
1.01.03	Contas a Receber	16.932	14.232
1.01.03.01	Clientes	16.932	14.232
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.358	3.961
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.358	3.961
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.681	1.928
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.217	1.258
1.01.08.03	Outros	1.217	1.258
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.217	1.258
1.02	Ativo Não Circulante	2.880.596	2.822.750
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	147.202	146.289
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	28.861	28.822
1.02.01.07	Tributos Diferidos	71.385	63.421
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	71.385	63.421
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	3.801	3.760
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	43.155	50.286
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	42.786	49.419
1.02.01.10.06	Diferido	186	642
1.02.01.10.07	Outras Contas a Receber	183	225
1.02.03	Imobilizado	27.958	2.060
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.020	2.060
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento	25.938	0
1.02.04	Intangível	2.705.436	2.674.401
1.02.04.01	Intangíveis	2.705.436	2.674.401
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.705.436	2.674.401

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	2.918.819	2.863.113
2.01	Passivo Circulante	1.048.264	1.059.301
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.371	7.553
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.371	7.553
2.01.02	Fornecedores	25.864	38.818
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.864	38.818
2.01.02.01.01	Fornecedores	10.534	24.904
2.01.02.01.02	Caução Contratual	15.330	13.914
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.451	21.337
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.630	19.191
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.821	2.146
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	65.945	67.653
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	65.945	67.653
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	65.945	67.653
2.01.05	Outras Obrigações	874.484	885.400
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	851.197	878.933
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	850.990	878.777
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	207	156
2.01.05.02	Outros	23.287	6.467
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	15.723	5.478
2.01.05.02.08	Taxa de Fiscalização	1.026	989
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	6.538	0
2.01.06	Provisões	55.149	38.540
2.01.06.02	Outras Provisões	55.149	38.540
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	55.149	38.540
2.02	Passivo Não Circulante	697.690	638.001
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	431.643	446.234
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	431.643	446.234
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	431.643	446.234
2.02.02	Outras Obrigações	201.221	131.984
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	178.131	131.491
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	178.131	131.491
2.02.02.02	Outros	23.090	493
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	3.430	493
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	19.660	0
2.02.04	Provisões	64.826	59.783
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.006	11.767
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.225	2.287
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	734	489
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	8.047	8.991
2.02.04.02	Outras Provisões	54.820	48.016
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	33.202	26.729
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	21.618	21.287
2.03	Patrimônio Líquido	1.172.865	1.165.811
2.03.01	Capital Social Realizado	1.293.296	1.272.296
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.497.996	1.287.996

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-204.700	-15.700
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-120.431	-106.485

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	134.772	136.010
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-132.491	-119.163
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-82.927	-63.693
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-49.564	-55.470
3.03	Resultado Bruto	2.281	16.847
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.132	-6.523
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.402	-6.836
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-5.655	-5.964
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-747	-872
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	252	329
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	18	-16
3.04.05.01	Tributárias	18	-16
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.851	10.324
3.06	Resultado Financeiro	-17.422	-18.255
3.06.01	Receitas Financeiras	552	602
3.06.01.01	Receitas Financeiras	552	602
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.974	-18.857
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-17.974	-18.857
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-21.273	-7.931
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.327	2.696
3.08.01	Corrente	-637	0
3.08.02	Diferido	7.964	2.696
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.946	-5.235
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-13.946	-5.235
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,01090	-0,00430

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-13.946	-5.235
4.03	Resultado Abrangente do Período	-13.946	-5.235

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	38.415	33.316
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.474	48.020
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo do período	-13.946	-5.235
6.01.01.03	Baixas de ativos permanentes	0	208
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-7.964	-2.696
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-424	-381
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	5.501	6.986
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de mútuos e debêntures privadas	10.048	9.801
6.01.01.10	Despesa Financeira (valor presente)	2.209	1.327
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	187	113
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	28.054	12.117
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	28.809	25.447
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	0	333
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.591	-14.704
6.01.02.01	Contas a Receber	-2.658	-2.676
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	0	36
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	206	117
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-191	293
6.01.02.06	Pagamento de juros	-10.163	-11.204
6.01.02.07	Outros Créditos	76	20
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	1.035	39
6.01.02.11	Fornecedores	-6.810	-14
6.01.02.12	Contas a pagar - partes relacionadas	-5	-709
6.01.02.13	Cauções Contratuais	306	-1.176
6.01.02.14	Obrigações Sociais	818	931
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	-2.732	8.790
6.01.02.18	Credores pela Concessão/ Taxa de fiscalização	37	0
6.01.02.19	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-1.948	-214
6.01.02.20	Outras contas a pagar	10.438	-8.937
6.01.03	Outros	-2.468	0
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS16)	-2.468	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-46.654	-75.793
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-94	-123
6.02.02	Adições ao Intangível	-46.739	-75.721
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-161	-233
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	340	284
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.290	45.527
6.03.01	Risco sacado captação	5.263	9.195
6.03.02	Risco sacado pagamento	-8.330	-8.746
6.03.04	Pagamentos empréstimo - principal	-14.643	-13.422
6.03.20	Aumento de Capital / Devolução	21.000	58.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.949	3.050
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.984	16.373



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.035	19.423

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.272.296	0	0	-106.485	0	1.165.811
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.272.296	0	0	-106.485	0	1.165.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	21.000	0	0	0	0	21.000
5.04.01	Aumentos de Capital	210.000	0	0	0	0	210.000
5.04.09	(-) Capital a Integralizar	-189.000	0	0	0	0	-189.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.946	0	-13.946
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.946	0	-13.946
5.07	Saldos Finais	1.293.296	0	0	-120.431	0	1.172.865

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.04	Transações de Capital com os Sócios	58.500	0	0	0	0	58.500
5.04.08	Capital Integralizado	58.500	0	0	0	0	58.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.235	0	-5.235
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.235	0	-5.235
5.07	Saldos Finais	1.246.796	0	0	-81.052	0	1.165.744

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
7.01	Receitas	142.595	144.249
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	91.616	87.087
7.01.02	Outras Receitas	50.979	57.162
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	49.564	55.470
7.01.02.02	Outras	1.415	1.692
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-100.372	-90.301
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-11.034	-11.949
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.941	-5.446
7.02.04	Outros	-83.397	-72.906
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-49.564	-55.470
7.02.04.02	Custo da Concessão	-4.550	-4.257
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-28.054	-12.117
7.02.04.04	Outros	-1.229	-1.062
7.03	Valor Adicionado Bruto	42.223	53.948
7.04	Retenções	-28.809	-25.447
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.809	-25.447
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.414	28.501
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.308	12.140
7.06.02	Receitas Financeiras	552	602
7.06.03	Outros	14.756	11.538
7.06.03.03	Juros capitalizados	14.756	11.538
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	28.722	40.641
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	28.722	40.641
7.08.01	Pessoal	9.688	9.909
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.606	7.405
7.08.01.02	Benefícios	1.598	1.769
7.08.01.03	F.G.T.S.	484	735
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	153	5.312
7.08.02.01	Federais	-4.564	771
7.08.02.02	Estaduais	1	0
7.08.02.03	Municipais	4.716	4.541
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.860	14.483
7.08.03.01	Juros	5.501	6.987
7.08.03.02	Aluguéis	12	401
7.08.03.03	Outras	8.347	7.095
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	5.837	5.167
7.08.03.03.04	Outras - Despesas financeiras	2.510	1.928
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.946	-5.235
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.946	-5.235
7.08.05	Outros	18.967	16.172
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas e Mútuos	10.048	9.801
7.08.05.02	Juros capitalizados sobre Mútuos	8.919	6.371

## Comentário do Desempenho



**Joinville, 13 de maio de 2019** – Autopista Litoral Sul S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2019 (1T19), período encerrado em 31 de março de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

### COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

**Tráfego Pedagiado:** No 1T19 o tráfego pedagiado foi de R\$ 33,9 milhões de veículos equivalentes, um crescimento de 3% em relação ao 1T18. A variação refere-se a aceleração e melhora no cenário econômico ocorrida no período de 2019. A recuperação positiva acarretou no aumento do fluxo de veículos nas rodovias.

**Receita Operacional Bruta:** A Receita Operacional Bruta, excluindo o valor da receita de obras, foi de R\$ 92,8 milhões no 1T19, um aumento de 5% em relação ao 1T18. A melhora corresponde ao aumento no tráfego, como mencionado acima. Vale ressaltar que adicionalmente ao incremento de tráfego, teremos ainda o reajuste tarifário (base fevereiro 2019) em fase de aprovação com o órgão regulador.

**Custos e Despesas:** Os Custos e Despesas, excluindo os custos de: serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, chega-se no montante de R\$ 32,2 milhões no 1T19 contra R\$ 32,7 milhões 1T18, uma redução de 1,4%. O principal impacto na redução foi a adoção do IFRS16, onde parte os valores dos contratos de locação; como serviços de guincho, atendimento pré-hospitalar e locação de veículos; são revertidos das contas de resultado operacional. A aplicação dessa prática contábil não era aplicável no mesmo período do ano anterior.

**EBITDA e EBITDA Ajustado:** O EBITDA Ajustado da Companhia passou de R\$ 47,9 milhões em 1T18 para R\$ 53 milhões em 1T19. A variação de 10,7% corresponde a melhora nas receitas de pedágio, mesmo com o aumento apresentado nos custos e despesas. Para melhor representar a aplicação do ICPC01 foram demonstrados os ajustes efetuados no quadro EBITDA Ajustado, onde foram excluídos os valores que afetam o EBITDA da Companhia. Esses ajustes não influenciaram o fluxo de caixa da Companhia.

**Resultado Financeiro:** Houve uma redução nas despesas financeiras de 4,7% e nas receitas de 8,3% em relação ao 3T17. A variação nas despesas financeiras deve-se pela redução das taxas de juros (CDI e TJLP) comparados ao realizado no mesmo período do exercício anterior. No período a Companhia manteve seu saldo em caixa mais reduzido, o que gerou uma queda nas receitas financeiras. Vale salientar que houve também a reversão de ajuste a valor presente 1T19 superior a do 1T18.

**Prejuízo Líquido:** A Companhia obteve um prejuízo de R\$ 13,9 milhões no 1T19, um acréscimo de 166,4% comparado a 1T18 que foi de R\$ 5,2 milhões. Em análise, contribuiu de forma significativa para esta variação o aumento na conta de Provisão de manutenção em rodovias e seu efeito no imposto diferido.

**Endividamento:** A Autopista Litoral Sul encerrou o 1T19 com um endividamento líquido de R\$ 454,7 milhões contra R\$ 506,9 milhões em 1T18. Uma redução de R\$ 52,2 milhões que corresponde ao financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

## Comentário do Desempenho



**Investimentos:** Foram investidos no 1T19, R\$ 46,8 milhões, em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão. Com destaque principal para as seguintes obras: Implantação de Trevos e Viadutos, Alargamento e Reforço de Pontes ao Longo da Rodovia, Execução de novas Pontes, Área de Escape, Recuperação de Pavimentos e de Sinistros e a Obra do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão.

## ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
Litoral Sul	33.916	33.122	32.960	2,4%	2,9%

  

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>142.343</b>	<b>139.080</b>	<b>143.921</b>	<b>2,3%</b>	<b>-1,1%</b>
Receitas de pedágio	91.616	89.399	87.087	2,5%	5,2%
Receitas de obras	49.564	48.304	55.470		
Receitas acessórias	1.163	1.377	1.364	-15,5%	-14,7%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(7.571)</b>	<b>(8.311)</b>	<b>(7.911)</b>	<b>-8,9%</b>	<b>-4,3%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>134.772</b>	<b>130.769</b>	<b>136.010</b>	<b>3,1%</b>	<b>-0,9%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(109.814)</b>	<b>(92.598)</b>	<b>(100.239)</b>	<b>18,6%</b>	<b>9,6%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(26.277)	(30.143)	(26.412)	-12,8%	-0,5%
Custo dos serv. de construção	(49.564)	(48.304)	(55.470)	2,6%	-10,6%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.442)	(7.148)	(5.681)	-23,9%	-4,2%
Remuneração da administração	(747)	(579)	(872)	29,0%	-14,3%
Despesas tributárias	18	(38)	(16)	-147,4%	-212,5%
Provisão para manutenção em rodovias	(28.054)	(6.670)	(12.117)	320,6%	131,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	252	284	329	-11,3%	-23,4%
<b>EBITDA</b>	<b>24.958</b>	<b>38.171</b>	<b>35.771</b>	<b>-34,6%</b>	<b>-30,2%</b>
Margem EBITDA	29,3%	46,3%	44,4%		
<b>DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(28.809)</b>	<b>(26.443)</b>	<b>(25.447)</b>	<b>8,9%</b>	<b>13,2%</b>
Depreciação de imobilizado	(125)	(154)	(142)	-18,8%	-12,0%
Amortização do intangível	(28.228)	(25.597)	(24.613)	10,3%	14,7%
Amortização do diferido	(456)	(692)	(692)	-34,1%	-34,1%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(17.422)</b>	<b>(17.711)</b>	<b>(18.255)</b>	<b>-1,6%</b>	<b>-4,6%</b>
Receitas financeiras	552	458	602	20,5%	-8,3%
Despesas financeiras	(17.974)	(18.169)	(18.857)	-1,1%	-4,7%
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>(21.273)</b>	<b>(5.983)</b>	<b>(7.931)</b>	<b>255,6%</b>	<b>168,2%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>7.327</b>	<b>2.635</b>	<b>2.696</b>	<b>178,1%</b>	<b>171,8%</b>
Corrente	(637)	629	-	-201,3%	-
Diferido	7.964	2.006	2.696	297,0%	195,4%
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(13.946)</b>	<b>(3.348)</b>	<b>(5.235)</b>	<b>316,5%</b>	<b>166,4%</b>

  

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>24.958</b>	<b>38.171</b>	<b>35.771</b>	<b>-34,6%</b>	<b>-30,2%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	28.054	6.670	12.117	320,6%	131,5%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>53.012</b>	<b>44.841</b>	<b>47.888</b>	<b>18,2%</b>	<b>10,7%</b>

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa

## Comentário do Desempenho



fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.  
2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Litoral Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* [ri.arteris.com.br](http://ri.arteris.com.br) e [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

## **Notas Explicativas**

# ***Autopista Litoral Sul S.A.***

Informações Trimestrais para o Trimestre  
Findo em 31 de Março de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores  
Independentes



## Notas Explicativas

### AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont, 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$1.010.041 (R\$1.018.938 em 31 de dezembro de 2018).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No período findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2019.

#### 2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 31 de março de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$89.401 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de

## Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 31 de março de 2019 o montante de R\$261.112 (R\$247.504 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$522.126 (R\$487.446 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro estas obras estão estimadas em R\$1.780.265 as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

#### Adoção inicial do IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

## Notas Explicativas

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

### Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluindo os financiamentos do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

**Notas Explicativas**

Litoral Sul S.A.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

## i) Os impactos da adoção da IFRS 16 no balanço patrimonial:

	31.03.2019 antes dos ajustes	IFRS 16	31.03.2019
<b>Ativo</b>			
Circulante	38.223	-	38.223
Não circulante	2.854.570	26.026	2.880.596
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	71.297	<b>88</b>	71.385
<b>Direito de uso - IFRS 16</b>	<b>-</b>	<b>25.938</b>	<b>25.938</b>
	<u>2.892.793</u>	<u>26.026</u>	<u>2.918.819</u>
<b>Passivo</b>			
Circulante	1.041.726	6.538	1.048.264
<b>Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16</b>	<b>-</b>	<b>6.538</b>	<b>6.538</b>
Não circulante	678.030	19.660	697.690
<b>Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16</b>	<b>-</b>	<b>19.660</b>	<b>19.660</b>
Patrimônio líquido	1.173.037	(172)	1.172.865
<b>Arrendamento mercantil - IFRS 16</b>	<b>-</b>	<b>(172)</b>	<b>(172)</b>
	<u>2.892.793</u>	<u>26.026</u>	<u>2.918.819</u>

## ii) Impactos da adoção da IFRS 16 na demonstração do resultado:

	31.03.2019 antes dos ajustes	IFRS 16	31.03.2019
<b>Demonstração do resultado</b>			
Receita operacional líquida	134.772	-	134.772
Custo dos serviços prestados	(132.776)	285	(132.491)
<b>Resultado bruto</b>	<b>1.996</b>	<b>285</b>	<b>2.281</b>
Despesas gerais e administrativas	(6.384)	-	(6.384)
Outras receitas operacionais, líquidas	252	-	252
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>	<b>(4.136)</b>	<b>285</b>	<b>(3.851)</b>
Receitas financeiras	552	-	552
Despesas financeiras	(17.429)	(545)	(17.974)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(21.013)</b>	<b>(260)</b>	<b>(21.273)</b>
Imposto corrente	(637)	-	(637)
Imposto diferido	7.876	88	7.964
<b>Resultado do período</b>	<b>(13.774)</b>	<b>(172)</b>	<b>(13.946)</b>

## Notas Explicativas

### ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa e contas bancárias	3.226	4.028
Aplicações financeiras (*)	10.809	14.956
Total	<u>14.035</u>	<u>18.984</u>

(\*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 99,02% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

#### 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2019</u>		<u>31.12.2018</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	13.585	-	13.177	-
Cupons de pedágio a receber	888	-	730	-
Cartões de pedágio a receber	341	-	117	-
Receitas acessórias a receber	1.837	-	136	-
Outras receitas a receber	281	183	72	225
Total	<u>16.932</u>	<u>183</u>	<u>14.232</u>	<u>225</u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 26 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

**Notas Explicativas**

Litoral Sul S.A.

**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.273)	(7.931)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	7.233	2.697
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	94	(1)
Total	<u>7.327</u>	<u>2.696</u>
Imposto Contabilizado	7.327	2.696
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(637)	-
Diferido	7.964	2.696
	<u>7.327</u>	<u>2.696</u>

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	198.481	199.292
Provisão de participação nos lucros	3.655	2.919
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	10.006	11.767
Outras provisões	716	839
Provisão para manutenção de rodovias	88.351	65.269
Amortização acumulada de obras futuras	(3.746)	(4.088)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(371)	(702)
Pis e Cofins s/receitas	-	531
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(54)	(96)
Arrendamentos - IFRS 16	545	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	297.583	275.731
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>101.178</u>	<u>93.749</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	26.566	24.990
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(20)	(18)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(87.627)	(89.201)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(29.793)</u>	<u>(30.328)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>71.385</u>	<u>63.421</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

## Notas Explicativas

- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2019	992
2020	4.580
2021	6.352
2022	6.604
2023	6.864
Após 2024	75.786
	<u>101.178</u>

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

### BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 53% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2019 o saldo é de R\$28.861 (R\$28.822 em 31 de dezembro de 2018), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,62% da variação do CDI.

## Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

## 9. DIREITO DE USO

Os principais impactos decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 estão demonstrados abaixo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
<b>Custo direito de uso</b>								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	24.098	632	855	989	687	502	358	28.121
Saldo em 31.03.2019	<u>24.098</u>	<u>632</u>	<u>855</u>	<u>989</u>	<u>687</u>	<u>502</u>	<u>358</u>	<u>28.121</u>
<b>Amortização acumulada</b>								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(1.339)	(316)	(142)	(91)	(88)	(115)	(92)	(2.183)
Saldo em 31.03.2019	<u>(1.339)</u>	<u>(316)</u>	<u>(142)</u>	<u>(91)</u>	<u>(88)</u>	<u>(115)</u>	<u>(92)</u>	<u>(2.183)</u>
<b>Direito de uso líquido</b>								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	22.759	316	713	898	599	387	266	25.938
Taxas de amortização - a.a.	22%	100%	67%	36%	48%	92%	71%	

- (a) Referem-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Referem-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Referem-se a veículos administrativos.
- (d) Referem-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Referem-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Referem-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
- (g) Referem-se a locação de cofres localizados nas praças de pedágio e um caminhão de plataforma elevatória.



## Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

## 10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado.</u>							
Saldo em 31.12.2018	1.097	1.324	798	308	1.472	329	5.328
Adições	-	3	-	-	91	-	94
Transferências/reclassificações	(3)	9	-	-	(15)	-	(9)
Saldo em 31.03.2019	1.094	1.336	798	308	1.548	329	5.413
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2018	(755)	(744)	(432)	(236)	(939)	(162)	(3.268)
Depreciações	(23)	(48)	(13)	(4)	(28)	(9)	(125)
Saldo em 31.03.2019	(778)	(792)	(445)	(240)	(967)	(171)	(3.393)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2018	342	580	366	72	533	167	2.060
Saldo em 31.03.2019	316	544	353	68	581	158	2.020
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2017	1.082	897	798	308	1.417	329	4.831
Adições	5	106	-	-	12	-	123
Saldo em 31.03.2018	1.087	1.003	798	308	1.429	329	4.954
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2017	(664)	(587)	(289)	(184)	(815)	(130)	(2.669)
Depreciações	(22)	(32)	(36)	(13)	(31)	(8)	(142)
Saldo em 31.03.2018	(686)	(619)	(325)	(197)	(846)	(138)	(2.811)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2017	418	310	509	124	602	199	2.162
Saldo em 31.03.2018	401	384	473	111	583	191	2.143
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

**Notas Explicativas**

Autopista Litoral Sul S.A.

**11. INTANGÍVEL**

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Costo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.847.634	6.985	1.191.682	21.140	3.067.441
Adições	11.474	-	48.428	(2.831)	57.071
Transferências/reclassificações	3.233	9	1.184	(4.417)	9
Saldo em 31.03.2019	<u>1.862.341</u>	<u>6.994</u>	<u>1.241.294</u>	<u>13.892</u>	<u>3.124.521</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(387.646)	(5.394)	-	-	(393.040)
Amortizações	(25.908)	(137)	-	-	(26.045)
Saldo em 31.03.2019	<u>(413.554)</u>	<u>(5.531)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(419.085)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.459.988	1.591	1.191.682	21.140	2.674.401
Saldo em 31.03.2019	1.448.787	1.463	1.241.294	13.892	2.705.436
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%			

## Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.760.491	6.681	1.013.332	11.965	2.792.469
Adições	13.435	-	52.454	3.000	68.889
Transferências/reclassificações	40	-	1.222	(1.262)	-
Alienações/baixas	(50)	-	(143)	(15)	(208)
Saldo em 31.03.2018	1.773.916	6.681	1.066.865	13.688	2.861.150
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(287.631)	(4.823)	-	-	(292.454)
Amortizações	(24.479)	(134)	-	-	(24.613)
Saldo em 31.03.2018	(312.110)	(4.957)	-	-	(317.067)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.472.860	1.858	1.013.332	11.965	2.500.015
Saldo em 31.03.2018	1.461.806	1.724	1.066.865	13.688	2.544.083
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como principal a construção o Contorno de Florianópolis.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. A administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2019 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No trimestre findo em 31 de março de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$14.756 (R\$11.538 em 31 de março de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas em 2019 foi de 10,35% ao ano (8,69% ao ano em 2018).

**Notas Explicativas**

Autopista Litoral Sul S.A.

**12. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	746	746
	<u>27.451</u>	<u>27.451</u>
Amortização acumulada	<u>(27.265)</u>	<u>(26.809)</u>
	<u>186</u>	<u>642</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Estão representados por:

Moeda local	31.03.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	68.429	451.776	520.205	61.429	508.549	569.978
Captações/Renovações	5.263	-	5.263	31.417	-	31.417
Juros provisionados	11.338	-	11.338	43.098	3.701	46.799
Amortização de principal	(22.973)	-	(22.973)	(84.668)	-	(84.668)
Pagamento de juros	(10.163)	-	(10.163)	(43.271)	-	(43.271)
Transferência	14.784	(14.784)	-	60.474	(60.474)	-
AVP/Risco sacado	43	-	43	(50)	-	(50)
	<u>66.721</u>	<u>436.992</u>	<u>503.713</u>	<u>68.429</u>	<u>451.776</u>	<u>520.205</u>
Custo de transação	(776)	(5.349)	(6.125)	(776)	(5.542)	(6.318)
Saldo final	<u>65.945</u>	<u>431.643</u>	<u>497.588</u>	<u>67.653</u>	<u>446.234</u>	<u>513.887</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2019	31.12.2018
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32%a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	497.017	510.400
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	3.291	3.373
Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionistas	3.405	6.432
				<u>503.713</u>	<u>520.205</u>

**Notas Explicativas**

Em 31 de março de 2019 o saldo de R\$3.404 (R\$6.432 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de março de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	49.582
2021	70.895
2022	76.784
2023	83.162
Após 2024	156.569
	<u>436.992</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

**14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS**

Em 31 de março de 2019 o saldo de R\$10.534 (R\$24.904 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$15.330 (R\$13.914 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

**15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR**

Estão compostos por:

	31.03.2019		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	-	-	-
Adições	8.461	19.660	28.121
Utilização	(2.468)	-	(2.468)
Ajuste a valor presente - AVP	545	-	545
	<u>6.538</u>	<u>19.660</u>	<u>26.198</u>

Em 31 de março de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

**Notas Explicativas**

Autopista Litoral Sul S.A.

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	10.322
2021	5.901
2022	3.231
2023	102
Após 2023	104
	<u>19.660</u>

Em 31 de março de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.03.2019	
	<u>Contratos com prazo inferior a 12 meses</u>	<u>Contratos de baixo valor (de até R\$5)</u>
Veículos operacionais	31	-
	<u>31</u>	<u>-</u>

**16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de março de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

## Notas Explicativas S.A.

	31.03.2019	31.12.2018
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	4.013	1.282
Régis Bittencourt S.A.	53	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	154	156
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (d)	594.484	585.246
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	252.493	292.249
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>851.197</b>	<b>878.933</b>
<u>Passivo não circulante</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	178.131	131.491
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>178.131</b>	<b>131.491</b>

	PERÍODO					
	31.03.2019			31.03.2018		
Contas de Resultado:	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(18.967)	(4.678)	-	(16.172)	(2.602)
Juros Capitalizados (*)	-	8.919	-	-	6.371	-
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Planalto Sul S.A.	-	-	(7)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	(843)	-	-	(31)
<b>Total</b>	-	<b>(10.048)</b>	<b>(5.528)</b>	-	<b>(9.801)</b>	<b>(2.633)</b>

(\*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do "spread" de 1,4% ao ano para a 2ª emissão, 1% para a 6ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros, conforme tabela a seguir. Em 21 de maio de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 28.000 debêntures nominativas e não conversíveis, da espécie subordinada, todas com valor nominal unitário R\$10.000 no

## Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

valor total da emissão de R\$280.000, na data de emissão das debêntures, sendo que até o período findo em 31 de março de 2019 do total de debêntures emitidas foram integralizadas o montante de R\$128.700. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2015	31.03.2021	CDI + 1,40% a.a.	30.000	14.668	30.000	13.936
28.04.2015	28.04.2019	CDI + 1,50% a.a.	122.518	58.280	122.518	55.284
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,50% a.a.	20.000	8.970	20.000	8.491
19.08.2015	19.08.2019	CDI + 1,50% a.a.	30.000	12.725	30.000	12.020
21.05.2018	21.05.2021	CDI + 1,00% a.a.	128.700	4.763	128.700	2.791
			<u>331.218</u>	<u>99.406</u>	<u>331.218</u>	<u>92.522</u>

(d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	4.000	5.865	4.000	5.718
17.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.331	5.000	7.148
25.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.932	2.000	2.859
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.729	8.000	11.436
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	8.797	6.000	8.577
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	10.000	14.662	10.000	14.296
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	10.000	14.662	10.000	14.296
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.331	5.000	7.148
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,04% a.a.	17.000	24.925	17.000	24.302
10.06.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	15.000	11.691	15.000	11.258
10.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	30.000	22.271	30.000	21.423
08.10.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	35.000	25.591	35.000	24.608
24.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	40.000	26.443	40.000	25.406
05.03.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	25.000	16.101	25.000	15.460
01.04.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	18.980	30.000	18.215
09.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	35.000	21.580	35.000	20.697
20.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	20.000	11.964	20.000	11.466
02.03.2015	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	14.629	30.000	13.933
			<u>327.000</u>	<u>267.484</u>	<u>327.000</u>	<u>258.246</u>

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$590 (R\$2.732 em 31 de março de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2019 a Sociedade reconheceu o montante de R\$213 a título de remuneração e encargos de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$534 relativo ao rateio da "Holding", que totaliza R\$747 (R\$705, R\$167 e R\$872, respectivamente, em 31 de março de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$700. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.



**Notas Explicativas****17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$3.655 e R\$2.919.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

**18. PROVISÕES**Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2019
Cíveis	489	443	(17)	(181)	-	734
Trabalhistas	2.287	1.923	(1.218)	(1.767)	-	1.225
Regulatório	8.991	-	(944)	-	-	8.047
<b>Total</b>	<b>11.767</b>	<b>2.366</b>	<b>(2.179)</b>	<b>(1.948)</b>	<b>-</b>	<b>10.006</b>

  

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2018
Cíveis	727	102	(8)	(82)	-	739
Trabalhistas	621	169	(150)	(132)	-	508
Regulatório	8.658	-	-	-	333	8.991
<b>Total</b>	<b>10.006</b>	<b>271</b>	<b>(158)</b>	<b>(214)</b>	<b>333</b>	<b>10.238</b>

**Notas Explicativas**

Autopista Litoral Sul S.A.

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de março de 2019, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$8.047(R\$8.991 em 31 de dezembro de 2018). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$10.200 (R\$9.231 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$7.597 em 31 de março de 2019 (R\$7.343 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$42.786 em 31 de março de 2019 (R\$49.419 em 31 de dezembro de 2018) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldo em 31.12.2018	38.540	21.287	26.729	21.287	65.269	21.287
Adições/Reversões	-	-	28.054	-	28.054	-
Utilizações	(6.262)	-	-	-	(6.262)	-
Ajuste a valor presente	-	331	1.290	331	1.290	-
Transferências	22.871	-	(22.871)	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	<u>55.149</u>	<u>21.618</u>	<u>33.202</u>	<u>21.618</u>	<u>88.351</u>	<u>21.618</u>

  

	Circulante		Não circulante		Total	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldo em 31.12.2017	14.600	20.319	57.421	20.319	72.021	20.319
Adições/Reversões	-	-	12.117	-	12.117	-
Utilizações	(16.867)	-	-	-	(16.867)	-
Ajuste a valor presente	-	-	1.015	-	1.015	-
Transferências	13.462	318	(13.462)	318	-	-
Saldo em 31.03.2018	<u>11.195</u>	<u>20.637</u>	<u>57.091</u>	<u>20.637</u>	<u>68.286</u>	<u>20.637</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2019 referentes às manutenções realizadas foram de R\$10.107 (R\$20.299 em 31 de março de 2018).

**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

O capital social subscrito em 31 de março de 2019 é de R\$1.497.996 (R\$1.287.996 em 31 de dezembro de 2018), composto por 1.432.019.209 ações ordinárias e sem valor

**Notas Explicativas**

nominal (1.218.790.042 em 31 de dezembro de 2018), integralizadas pelo valor de R\$1.293.296 (R\$1.272.296 em 31 de dezembro de 2018) que representam 1.218.790.042 ações (1.197.410.623 em 31 de dezembro de 2018).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral o seguinte aumento de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.12.2017(*)	AGE	Dinheiro	-	-	15.700
06.03.2019 (**)	AGE	Dinheiro	218.750.000	210.000	5.300
			<u>218.750.000</u>	<u>210.000</u>	<u>21.000</u>

(\*) No decorrer do período findo em 31 de março de 2019 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 20 de dezembro de 2017 no montante de R\$15.700.

(\*\*) Em 06 de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$210.000, mediante a emissão de 218.750.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$5.300 em dinheiro até 31 de março de 2019, e o valor restante de R\$204.700 será integralizado em até oito meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

**Notas Explicativas**

Autopista Litoral Sul S.A.

**20. RECEITAS**

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Receita de serviços prestados	91.616	87.087
Receita de serviços de construção	49.564	55.470
Outras receitas	<u>1.163</u>	<u>1.364</u>
Receita bruta	142.343	143.921
ISSQN	(4.698)	(4.520)
PIS	(510)	(590)
COFINS	(2.355)	(2.719)
Outras deduções	<u>(8)</u>	<u>(82)</u>
Receita líquida	<u><u>134.772</u></u>	<u><u>136.010</u></u>

**21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.860)	(2.996)
Serviços de terceiros	(1.076)	(855)
Manutenção de bens e conservação	(163)	(254)
Consumo	(311)	(492)
Transportes	(74)	(161)
Seguros/Garantias	(7)	(2)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(187)	(113)
Comunicação e marketing	(139)	(218)
Indenizações à terceiros	(11)	-
Publicações legais	(150)	(146)
Depreciação / Amortização	(213)	(283)
Outros	<u>(464)</u>	<u>(444)</u>
Total	<u><u>(5.655)</u></u>	<u><u>(5.964)</u></u>
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Custos:		
Com pessoal	(6.080)	(6.044)
Serviços de terceiros	(7.062)	(8.728)
Conservação	(3.972)	(3.272)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.166)	(946)
Consumo	(2.082)	(1.821)
Transportes	(1.016)	(1.161)
Verba de fiscalização	(3.013)	(2.918)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(389)	(301)
Seguros / Garantias	(790)	(799)
Provisão de manutenção em rodovias	(28.054)	(12.117)
Custos de serviços da construção	(49.564)	(55.470)
Depreciação / Amortização	(28.596)	(25.164)
Outros	<u>(707)</u>	<u>(422)</u>
Total	<u><u>(132.491)</u></u>	<u><u>(119.163)</u></u>

**Notas Explicativas**

S.A.

**22. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	550	602
Outras receitas	2	-
Total	<u>552</u>	<u>602</u>
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(15.549)	(16.788)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.209)	(1.327)
Outras despesas	(216)	(742)
Total	<u>(17.974)</u>	<u>(18.857)</u>

**23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	17.163	21.307
Juros capitalizados	14.756	11.538
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(21.587)	(39.677)

**24. PREJUÍZO POR AÇÃO**

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(13.946)	(5.235)
Número de ações durante exercício	1.274.033	1.213.269
Prejuízo por ação	<u>(0,0109)</u>	<u>(0,0043)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de março de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

**Notas Explicativas**

Autopista Litoral Sul S.A.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

**25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme o quadro a seguir:

	Nível	31.03.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	14.035	-	18.984	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	16.932	-	14.232
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	28.861	-	28.822	-
Outros Créditos	Nível 2	-	1.400	-	1.483
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	(494.183)	-	(507.455)
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	-	(3.405)	-	(6.432)
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	(1.025.108)	-	(1.008.986)
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	(4.220)	-	(1.438)
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	(25.864)	-	(38.818)
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	(1.026)	-	(989)
Outras contas a pagar	Nível 2	-	(15.723)	-	(5.478)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	(26.198)	-	-
		<u>42.896</u>	<u>(1.577.395)</u>	<u>47.806</u>	<u>(1.553.881)</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

**Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

**Notas Explicativas**Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão de a TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

## 26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

## a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2019 e de 2018, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

## b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Receita de aplicações financeiras	2.527	3.159	3.790
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(49.704)	(60.079)	(70.454)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(47.177)</u>	<u>(56.920)</u>	<u>(66.664)</u>
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(47.437)	(56.404)	(65.371)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(47.437)</u>	<u>(56.404)</u>	<u>(65.371)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(94.614)</u>	<u>(113.324)</u>	<u>(132.035)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus – Banco Central do Brasil - BACEN.

(\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

**Notas Explicativas**

Autopista Litoral Sul S.A.

## c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2019, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$13.585 (R\$13.177 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

## d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
BNDES Automático	9,30%	73.923	98.564	98.564	98.564	265.959	635.574
Capital de giro	17,18%	3.459	-	-	-	-	3.459
Partes relacionadas	7,27%	883.015	-	191.797	-	-	1.074.812
Fornecedores e cauções contratuais	-	25.864	-	-	-	-	25.864
Fornecedores partes relacionadas	-	4.220	-	-	-	-	4.220
Outras contas a pagar	-	15.503	220	-	-	-	15.723
		<u>1.005.984</u>	<u>98.784</u>	<u>290.361</u>	<u>98.564</u>	<u>265.959</u>	<u>1.759.652</u>



**Notas Explicativas**

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.04 a 30.06.2019	01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	Total
BNDES Automático	9,30%	24.641	24.641	24.641	24.641	98.564
Capital de giro	17,18%	3.459	-	-	-	3.459
Partes relacionadas	7,27%	181.960	73.715	627.340	-	883.015
Fornecedores e cauções contratuais	-	25.174	690	-	-	25.864
Fornecedores partes relacionadas	-	4.220	-	-	-	4.220
Outras contas a pagar	-	14.251	634	618	220	15.723
		<u>253.705</u>	<u>99.680</u>	<u>652.599</u>	<u>24.861</u>	<u>1.030.845</u>

**27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

**28. GARANTIAS E SEGUROS**

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	142.870

(\*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é de R\$60.653.

**Notas Explicativas**

Autopista Litoral Sul S.A.

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 maio de 2019, a Sociedade recebeu recurso oriundo da liberação parcial da 6ª emissão de debêntures no montante de R\$5.000, respaldado pela ata constituída em 21 de maio de 2018 referente a emissão de R\$280.000 debêntures.

A seguir relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
05.04.2019	AGE	7.500
22.04.2019	AGE	5.000
06.05.2019	AGE	<u>12.000</u>
		<u>24.500</u>

---

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Autopista Litoral Sul S.A.

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de maio de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não foi instalado conselho fiscal.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2019.

Joinville, 13 de maio de 2019.

### Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Joinville, 13 de maio de 2019.

### Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios